

O “CONFLITO DE NONOAI”: UM MARCO NA HISTÓRIA DAS LUTAS PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL - 1978-1982

*João Carlos Tedesco*¹

Introdução

Os conflitos e as tensões em torno da *terra indígena* já vêm de muito tempo e são visíveis e intensas em todo o país; no Rio Grande do Sul e, em particular na sua parte norte, os conflitos foram e continuam sendo muito presentes. O pano de fundo é a terra, na realidade, a propriedade da terra, seu uso, seu sentido, suas formas de apropriação.

A luta indígena se manifesta, historicamente, também por direitos, pela manutenção de identidade, preservação de seu *habitat*, contra os processos de demarcação e delimitação de territórios, as intrusões efetivadas e deliberadas pela esfera estatal.² Nos conflitos sociais entre colonos (pequenos agricultores familiares) e índios, em particular o de Nonoai (em 1978), sedimentaram-se processos deliberados por decisões políticas equivocadas (que se estenderam por várias décadas), artimanhas jurídicas alimentadas por pressupostos de progresso social, de controle social, de produção agrícola, de estruturação da propriedade privada da terra, das formas de ocupação e de privilégios e prioridades dadas a colonos em suas normatizações e condições efetivas de produção e de estabelecimento.

A terra, para ambos os atores sociais envolvidos nos conflitos (índios e colonos), carrega consigo horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais; é sinônimo de patrimônio e de reprodução; é patrimônio que se correlaciona com descendência, seja ele embasado na dimensão da propriedade individual mercantil e/ou coletiva para a subsistência; busca-se conservar não só a terra, mas uma *moralidade da terra*³, vínculos sociais de longa data, sedimentados e transmitidos por gerações. Antes de produzir *culturas* (cultivos), há outras culturas que se sedimentam e se semeiam também com e na terra e que demandam preservação. É também em torno desses valores que tanto índios como pequenos agricultores lutaram e lutam pela possibilidade de sobrevivência na terra. O “conflito de Nonoai”⁴,

¹ Professor do Programa de Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) – RS. Pesquisador Produtividade CNPq. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP; Pós-Doutor pela Universidade de Verona (Itália) em 2002 e pela Universidade de Milão (2011). Pesquisa questões ligadas ao campo imigratório e aos movimentos sociais. E-mail: <jctedesco@upf.br>.

² CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: O conflito na reserva indígena de Serrinha, norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

³ BRANDÃO, C., R. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

⁴ Conflito entre índios e agricultores na Reserva Indígena de Nonoai, desencadeado ao longo das décadas de 1960 e 1970, cujo ápice deu-se em 1978 com o confronto entre índios caingangues e colonos intrusos, tendo resultado na expulsão de mais de mil pequenos agricultores da referida reserva.

ou para outros, a “revolta de Nonoai”, condensa essa realidade camponesa/cultural com a terra presente em ambos os grupos sociais em questão.

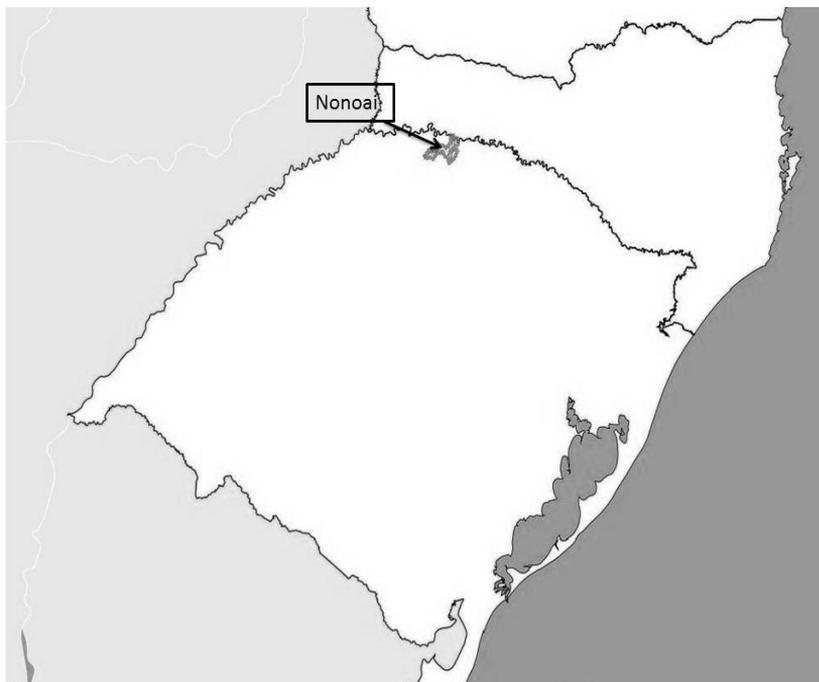


Fig. 1 - Localização do município de Nonoai no RS, espaço de nossa análise.

Fonte: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openla>; adaptado por nós.

Desse modo, daremos ênfase, a alguns processos que desencadearam esse conflito e, também, a partir do ocorrido em Nonoai, a constituição de uma *territorialização de lutas* pela terra na região, processo esse que foi mediado por inúmeras instituições e estratégias entre pequenos agricultores familiares, a esfera pública, organizações ligadas ao setor agrícola e indígena, bem como aos grandes proprietários fundiários. Essa temporalidade, ainda que curta (1978-82), não se encerra em si mesma; é manifestação de uma gestação e, ao mesmo tempo, acirramento e desencadeamento de um processo histórico de lutas pela terra no norte do estado e, em especial, na paradigmática Fazenda Sarandi, que ainda se evidencia.

Veremos que o referido conflito condensa uma realidade complexa, envolve atores sociais subalternizados, vitimados por políticas públicas e pelo poder do latifúndio, ao mesmo tempo, tornou-se desencadeador de uma luta social que se tornou histórica e expressiva em todo o país.

Índios e pequenos agricultores disputando territórios

Na história agrária e nas políticas de normatização das terras no Rio Grande do Sul registram-se vários atos de deliberação da esfera pública em torno das terras, em particular onde havia maior concentração de população indígena. Desde o início do século XX, com maior concentração entre os anos de 1940-60, as reservas indígenas

tornaram-se espaço de ação política de governantes para aliviar tensões sociais, compensar o denominado *esgotamento das fronteiras* agrícolas a serem ocupadas por colonos e agropecuaristas, para facilitar e incentivar as ações predatórias de colonizadoras que objetivavam mercantilizar a terra e dar-lhe feição econômica nos moldes das políticas de crescimento econômico e de funcionalidade da agricultura no estado, em particular na região Norte⁵. Desse modo, o estado, pressionado pelo grande capital fundiário e pelas colonizadoras, não impediu a entrada massiva de colonos, ao contrário, em alguns momentos, a incentivou e/ou a amparou, assim como extinguiu reservas (Serrinha e Ventarra) e retalhou outras (para contemplar colonos, sem serem extintas, como foi o caso de Nonoai, Inhacorá e Votouro).

Essas ações passaram a ser a tônica por quase toda a primeira e até a segunda metade do século XX. Houve uma significativa redução de terras indígenas já previamente demarcadas, bem como a criação de reservas florestais no interior das mesmas, legitimadas pelas políticas de estado. A reserva indígena de Nonoai, por exemplo, quando demarcada, possuía uma extensão de 34.908 há; no final da década de 40, o estado destina quase 20 mil ha (mais de 50% da área) como reserva florestal⁶.

Em 1940, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio – órgão criado pelo governo federal) imprimiu uma intensa política de limitações de áreas para cada família indígena nas reservas, destinando o restante para constituir parque florestal, sob o controle do Estado. Essa ação tornou-se decisiva para as intensas investidas nas terras indígenas nas duas décadas subseqüentes e para a oficialização da saída de índios das reservas de Serrinha (11.950 ha) e Ventarra (753 ha), ambas no Rio Grande do Sul. Com isso o poder público estatal legitimava o avanço sobre os territórios indígenas e o SPI encarregava-se de facilitar o acesso de madeireiros e granjeiros capitalistas e arrendatários:

Instaurada por determinação da Presidência da República, através do seu Gabinete Militar, a Comissão de Sindicância de 1961 tinha por tarefa apurar irregularidades nos Postos Indígenas Cacique Doble, Paulino de Almeida (Ex-Ligeiro), Nonoai e Guarita, no Rio Grande do Sul, do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

No tocante à Nonoai, a comissão levantou os dados comprobatórios da exploração indiscriminada das madeiras da área indígena, de 1944 a 1961 – especialmente cedro e pinheiros –, toda ela por acordos e contratos do SPI com a firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda. A Comissão investigou também as atividades de exploração agro-pastoril e, por ser muito significativo, vale notar outra referência da mesma à firma Tissiani: “Mereceu também destaque a declaração do

⁵ GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.

⁶ TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2008, v. 2.

sr. Oriculo Bandeira quanto a área de 2.000 alqueires (sic) plantada pela firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda, já que o contrato apenas permite 500 ha⁷.

Em décadas posteriores, com as comunidades indígenas já sob a tutela da FUNAI (em substituição ao SPI), a exploração capitalista da terra indígena de Nonoai prosseguiu, intensificada pela atuação do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI). Esse processo foi altamente denunciado por indigenistas, antropólogos e o próprio CIMI, porém, não sensibilizou a esfera pública encarregada e preocupada que estava na intenção de “emancipar os índios”.⁸ Havia, segundo o CIMI-SUL, uma forte propensão da Funai em desenvolver economicamente as comunidades indígenas, levando o DGPI, no sul do Brasil, a instalar modernas e potentes serrarias nos postos de Mangueirinha (PR) e Chapecó (SC) e implantar grandes projetos agrícolas em diversos postos do sul, como de Chapecó (SC), Guarita (RS) e Nonoai (RS). Em Nonoai, a Granja Ressurreição foi emblemática dentro desta proposta, pois, “totalmente mecanizada e contando com um agrônomo que a fiscaliza, a Granja Ressurreição plantou em 1975, segundo o *Jornal Folha da Manhã*⁹, 500 hectares de soja e 300 de trigo”¹⁰.

Há que se considerar, para efeito de análise do que ocorreu nas terras da reserva de Nonoai, no final dos anos 1960 e começo dos 70, as transformações em marcha no agro-brasileiro iniciadas ainda no final dos anos 1950. Iniciava-se no período aquilo que se denominou de *industrialização da agricultura*¹¹, com a passagem do complexo rural aos complexos agroindustriais, numa linguagem simples, a substituição de formas manuais de produção pelo uso de técnicas mecânicas. De uma agricultura autônoma, desatrelada da indústria e desvinculada do mercado interno, passou-se a uma agricultura capitalista moderna, voltada para grandes culturas de excedente mercantil em mercados competitivos, com alto grau de mecanização e insumos químicos.

No início dos anos de 1960, havia grandes debates e propostas em nível nacional de viabilização da reforma agrária no país. No Rio Grande do Sul havia se constituído o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), movimento organizado e

⁷ CIMI-SUL. *Luta Indígena: Informativo dos Índios e Missionários do Sul do Brasil* (nº 1 a 11). Xanxerê/SC: Publicação da Equipe Pastoral, 1976, 1977, 1978 e 1979, p. 7 e 8.

⁸ O levante dos índios guaranis e caingangues de Rio das Cobras acabou se constituindo num caso emblemático no contexto da história de resistência e luta dos índios contra os invasores, tomado como referência para outras ações de despejo, como a que ocorreu em Nonoai (RS) e outras áreas do Brasil. Ainda em 1975, a FUNAI, o INCRA e o Governo do Paraná concluíram que 18.024 ha da reserva de Rio das Cobras, isto é, 94,33% da sua área total, estavam ocupadas por intrusos (fazendeiros, grileiros, madeireiros e colonos sem terra). Durante muito tempo os índios e padres do CIMI-SUL, denunciaram à FUNAI e à opinião pública as invasões, o roubo de madeira, a ação predatória feita nas matas e as ameaças de jagunços contratados pelos empresários capitalistas. Na falta de resultados práticos, os índios decidiram iniciar uma luta pela retomada de suas terras, expulsando delas todos os invasores. Ver CIMI-SUL, *Luta Indígena...*

⁹ *Jornal Folha da Manhã*. Porto Alegre, 20 ago. 1975, p. 6.

¹⁰ CIMI-SUL. *Luta Indígena: Informativo dos Índios...*

¹¹ BRUM, A. J. *Modernização da agricultura no Planalto gaúcho*. Ijuí: Unijuí Editora. 1987.

liderado por lideranças políticas ligadas ao governador Brizola¹². Na região em estudo, especialmente pelo prefeito de Nonoai - Jair de Moura Calixto -, após incursões pela Fazenda Sarandi, houve grandes movimentos e ações de viabilização da reforma agrária, promovidas pelo governador Brizola, que decidiu desapropriar em torno de 20 mil ha da Fazenda Sarandi e assentar algumas centenas de famílias. Porém, nem todas as famílias de pequenos agricultores foram contempladas; esse processo fez intensificar ainda mais a intrusão (entrada, fixação de morada e trabalho na terra) nas reservas indígenas da região norte do estado, em particular a de Nonoai.



Fig. 2 - Acampados do MASTER no Capão da Cascavel, em Sarandi, norte do Rio Grande do Sul, no início da década de 1960.

Fonte: Foto gentilmente cedida pelo senhor Adelfo Zamarchi.

Havia no estado gaúcho no período (1958-1964) uma ferrenha disputa pela tutela no meio rural, em particular junto ao pequeno agricultor familiar. O centro-norte gaúcho era expressivo disso. Igreja Católica, PCB, MASTER, Brizola, Ligas Camponesas, associações de produtores e partidos políticos, tentaram implementar suas ações nesse sentido. A Igreja saiu vencedora desse processo todo na efetivação e mediação para viabilizar sindicatos rurais, cooperativas agrícolas, comunidades rurais, etc.

Em 1963, cerca de 900 colonos acampam no interior da reserva indígena, no lugar denominado Passo Feio¹³. O evento teve grande repercussão no meio político, no meio acadêmico e na imprensa estadual, num momento histórico particularmente importante quando os movimentos sociais eram vistos como “sinais eminentes do comunismo”, uma forte ameaça aos interesses da oligarquia agrária, já prenunciando o golpe militar no país, o que efetivamente acaba ocorrendo no início de 1964. O

¹²ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984. Dissertação em Sociologia Rural.

¹³TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. (Org.) *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980*, V. 2...

movimento de Passo Feio forçou a desapropriação de parte da reserva (2.499 ha), pelo Governo do Rio Grande do Sul no ano de 1963, constituindo a 4ª Secção Planalto, onde foram assentadas duas centenas de famílias de colonos. Este gesto do governo, no entanto, antes de por um fim ao esbulho das terras indígenas, acabou fomentando-o ainda mais até o final da década de 1960¹⁴.

Madeireiros e grandes arrendatários viam nessas investidas no interior das reservas uma oportunidade de lucro, porém, para pequenos proprietários revelavam ser uma possibilidade de sobrevivência e reprodução enquanto agricultor. Por isso, geralmente o maior foco de conflito dava-se entre o indígena e o posseiro pobre, face ao maior tempo de contato entre ambos, com a permanência constante do colono sitiante no interior das reservas, disputando o mesmo espaço agrícola, dividindo o espaço comunitário e fazendo uso dos mesmos recursos naturais: floresta, rios, animais, fontes de água, etc.

Em 1967, um grupo de jesuítas realizou um levantamento socioeconômico e cultural em três toldos do Rio Grande do Sul e constatou que no Toldo de Nonoai encontravam-se mais de 500 famílias de *intrusos*¹⁵. Em meados de 1969, a situação tinha se agravado a tal ponto que, após visita pastoral realizada ao referido toldo, o Pe. Egidio Schwade fez o seguinte desabafo ao bispo de Frederico Westphalen:

*Os índios vem fugindo de sua área pressionados pelos invasores. Para se ver a extensão destas invasões dos últimos meses, basta dizer que só num dia entraram em torno de 60 famílias, e que os 1000 e poucos índios de há três anos só restam ainda uns 700 na área, tendo os restantes fugidos*¹⁶.

Colonizadores e colonizadoras, agentes públicos de colonização, pecuaristas, comerciantes, madeireiros, granjeiros, grandes arrendatários, latifundiários, agroindustriais, banqueiros, grandes cooperativas, passaram a ser os agentes centrais que referenciam a agricultura que se desenhava a partir de meados do século XX em várias regiões do sul do Brasil, em especial no norte do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, por volta dos anos 60, começou a se constituir uma maior proliferação de unidades médias e grandes no âmbito produtivo; grandes arrendatários acabaram absorvendo estâncias pastoris para a produção de trigo e milho de uma forma mais modernizada em termos mecânicos e de racionalidade econômica em adequação com o que se incentivava no país¹⁷, dentro da lógica da chamada “revolução verde”, da produção em escala visando atender a indústria (à montante e à jusante) e a demanda por alimentos dos centros urbanos em expansão.

Em pouco tempo, as terras consideradas devolutas, disponibilizadas pelo Estado Gaúcho, esgotaram-se e os pequenos agricultores (caboclos e colonos) se vêem

¹⁴ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964...*

¹⁵CIMI-SUL. *Luta Indígena...*, p. 15.

¹⁶CIMI-SUL. *Luta Indígena...*, p. 21.

¹⁷RÜCKERT, A. *Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

diante de um novo dilema: migrar para outras regiões, ou para os centros urbanos dentro do próprio estado, ou, então, continuar o processo de inserção para as reservas indígenas, como última estratégia para manter-se *na terra*. A entrada para territórios indígenas do norte do Rio Grande do Sul – demarcados no começo do século XX – pelos pequenos agricultores, seguindo as pegadas de madeireiros, grileiros e fazendeiros, tornou-se ato recorrente desde meados da década de 1940, acentuando-se nos anos 1950 e 1960. A ideia que sempre permeou a ação pública, inclusive no período mais intenso - que é o do governo Brizola -, é que havia muita terra para poucos índios e que era melhor intrusar para alterar o quadro de pobreza e de demanda social dos mesmos. Esse argumento revelava a nova concepção da esfera pública e da representação social produzida em torno da terra e das relações de trabalho desenvolvidas pelos índios que, no fundo, acabou por estender-se, de uma forma menos enfática, aos negros e caboclos no Sul do Brasil. Desse modo, passou a acontecer e a legitimar-se na região uma intensa presença de colonos nas reservas indígenas de Serrinha e Nonoai, bem como em outras de menor porte.

A reserva de Serrinha (também no norte do Estado) foi intensamente *intrusada* por toda a década de 1950 e finalmente retalhada e colonizada entre o final dos anos 50 e início dos 60, até ser totalmente extinta em meados dos anos 60¹⁸. O precedente aberto pela colonização oficial de Serrinha incentivou a intrusão de outras reservas no começo dos anos 1960, especialmente a de Nonoai, esta, em parte, já expropriada aos índios pelo Estado gaúcho desde 1941 (Governo do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias) para constituir parque florestal.

Podemos afirmar que as lutas entre índios e colonos, bem como as outras que estavam se gestando para enfrentar o latifúndio revelaram o lado perverso do processo de modernização tecnológica e produtiva adotada e cristalizada desde então há duas décadas; viu-se que nem tudo era modernização, o que havia mais eram sim contradições. A região norte será expressiva disso por toda a década de 80.

O desencadeamento do conflito

O tema “questão indígena” passa a fazer parte da agenda política e social num cenário em que aflorava cada vez mais os grandes temas do país. O final dos anos 70 passou a ser um período fértil nesse sentido e uma nova reconfiguração sobre o *problema indígena* toma corpo. A constituição do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) representou um marco na inserção da Igreja Católica e nas ditas pastorais sociais. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi outro grande passo; estimulada por um bispo muito ligado à questão da terra, Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), a mesma tornou-se uma entidade autônoma, mas ligada ao campo pastoral da CNBB junto aos pequenos agricultores na luta contra a grilagem de terras, em especial na Amazônia e no Centro-Oeste por empresas agrícolas e multinacionais, pela reforma agrária¹⁹. A Comissão teve sua performance mais orgânica em nível de país a partir do início dos anos 80. Tanto o CIMI, quanto

¹⁸CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos...*

¹⁹BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil).

a CPT e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) passaram a ser a expressão da resistência de categoriais sociais (urbanas e rurais) subalternizadas pelas dinâmicas de desenvolvimento econômico do país²⁰.

É importante ter presente que grupos políticos, aliados ao regime militar e ao grande capital fundiário, lutaram com todas as forças para impedir os avanços conquistados nos anos 50 e início dos anos 60 em torno da questão da terra, em geral, no interior das políticas de Reformas de Base (do governo Goulart) e nos grupos organizados para esse fim. A Igreja Católica assumiu várias fases e faces em torno da questão social e da luta pela terra ainda antes, mas muito mais durante o regime militar. O medo do comunismo, a constituição de sindicatos, seus vários quadros de ação social, suas entidades, suas mediações no meio social e no rural em especial definiram linhas de ação, conflitos internos, ambigüidades institucionais. No entanto, havia Bispos que se declaravam a favor da reforma agrária, da necessidade de exigência de justiça social, bem como de

vincular o homem da terra como seu proprietário; possibilitar em larga escala o acesso a terra àqueles que estejam aptos a se tornar proprietários; criar condições para que o homem obtenha, pela posse e pelo uso adequado da terra, os meios de proporcionar uma existência digna a si e à sua família, sem ferir as legítimas exigências do bem comum²¹.

A oficialidade da Igreja Católica não era e nunca foi um bloco monolítico; múltiplos conflitos internos e divergências se fizeram sentir principalmente pós Concílio Vaticano II, em especial em torno de suas diretrizes de pastoral, do apoio ou não aos militares, da luta pela reforma agrária. Durante a segunda metade dos anos 70 se explicita com mais veemência a noção de cultura e religiosidade popular. A dimensão do “popular” ganha força na luta social tanto na periferia urbana como no meio rural. A chamada “igreja do povo”, identificada com os pobres, “igreja do evangelho”, caminhava independente da hierarquia da Igreja Católica.

A Igreja a partir do povo, emergindo de seus valores e expressão de sua compreensão da vida e do evangelho. Igreja que assume os anseios do povo acredita em suas capacidades e se esforça por despertar e arregimentar suas forças latentes. [...]. Parece igualmente claro que a Igreja viverá, durante um bom período, num clima de tensão mais ou menos velada com a comunidade eclesial anterior, centrada na burguesia, seus valores e aspirações²².

²⁰MATOS, H. C. J. *Nossa História. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3 – período Republicano e Atualidade.* São Paulo: Paulinas, 2003.

²¹REB. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 24, São Paulo, n. 2, p. 491-493, 1964, (cit., p. 43).

²²QUEIROZ, A. C. *A Igreja no Brasil.* Rio de Janeiro: CRB, 1977, p. 123.

Vários foram os documentos da Igreja que denunciavam os excessos do regime, a recessão econômica, a marginalização do povo e o problema agrário; alguns deles foram muito importantes, dentre os quais, destacamos: “Eu ouvi os clamores do meu povo” (1973); “Marginalização de um povo: grito das Igrejas” (1973); “Comunicação pastoral ao povo de Deus” (1976); “Exigências cristãs de uma ordem política” (1977). Esses documentos vão revelar também a realidade problemática dos índios no Brasil (suicídios, doenças, extinção, redução de reservas, incipiente e discutível representação pública e de sua própria entidade, mudanças culturais, intrusão, impacto internacional, exploração do latifúndio, prostituição etc.), vão produzir certa pressão social, efetivação de instituições mediadoras engajadas na “luta indígena” e entidades de apoio internacional; a própria FUNAI é pressionada para assumir a defesa dos índios. O Estatuto do Índio é promulgado em 1973 com a intenção de assegurar áreas e reservas indígenas e suas demarcações (ainda feitas pelo estado positivista, sob a orientação e gerenciamento de Torres Gonsalves, nas primeiras décadas do século XX) que, na prática, em anos posteriores, vai se mostrar muito ineficaz.

Um grande encontro em nível nacional das comunidades indígenas aconteceu em maio de 1978 em Barra do Garças (MT). Nesse encontro, foram discutidos os processos de intrusão nas terras indígenas, a violência de fazendeiros e madeireiros, a inoperância da Funai, dentre outros, tomou o tempo das discussões. Esse processo fortaleceu a decisão dos índios de expulsar os colonos da reserva de Nonoai. Um jornal local assim o descreve:

A luta entre posseiros e índios na reserva indígena de Nonoai se agravou nas últimas horas [...], existem dezenas de feridos, muitos dos quais deverão ser transportados para os hospitais de Passo Fundo. No telefonema, o prefeito de Nonoai diz que a situação se agravou na semana passada, quando foram incendiadas sete escolas municipais, localizadas na área da reserva indígena²³.

A situação das reservas de Serrinha, Ventarra, Inhacorá, Votouro e Nonoai, todas muito próximas e no norte do Estado expressam essa tendência e diretriz em relação às intrusões e de perda de territórios por parte dos índios. Uma apuração do governo do Estado e do INCRA, em 1974, indicou a existência de 974 famílias de intrusos no interior das reservas (indígena e florestal) de Nonoai e Planalto²⁴.

A violência física acabou sendo um expediente utilizado pelas partes, uns insistindo na retomada da terra - os índios - e outros resistindo à perda da terra como foi o caso dos colonos posseiros. Esse confronto entre índios e pequenos agricultores intrusados aconteceu não só em Nonoai, mas em várias regiões do sul do Brasil (Cacique Doble, Guarita, Chapecó, Rio das Cobras, Tenente Portela dentre outras),

²³Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 10 mai. 1978, p. 1.

²⁴CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos...*

induzindo a FUNAI, entidades de igrejas, em particular o CIMI e o COMIN (esse da Igreja Luterana), as pastorais sociais da CNBB, entidades do campo jurídico e da sociedade civil, ao engajamento pela “causa indígena”, ao mesmo tempo, em que, também se tornavam sensíveis à “causa camponesa”. Em nível de país, aos poucos, os militares mostraram sua face, suas práticas e para quem estavam governando. Seus acordos com os grandes capitais (nacionais e internacionais), seu endurecimento político, sua centralidade política, a repressão contra os direitos humanos fundamentais dos cidadãos, produziam certo descontentamento na oficialidade da Igreja Católica.

O “problema indígena”, aliado aos dos colonos, ganhou feição no campo público, ou seja, transferiu-se e pressionou o estado para que fosse resolvido um problema que ele mesmo criou permitindo, no decorrer de muitas décadas anteriores, a intrusão, o arrendamento de terras, a redução de reservas indígenas e a ausência de representação efetiva.²⁵ No entanto, órgãos dos governos federais e estaduais ainda ficaram por muito tempo num jogo de empurra-empurra em torno da questão, pois sabiam que poderiam resolver o problema dos índios produzindo um outro: o dos colonos/posseiros.

Novos posicionamentos, encaminhamentos, discussões, resultam de uma nova visão sobre a questão indígena, porém, sob conflito e tensão com atores sociais também do meio rural em situação de luta pela preservação de culturas e de horizontes jurídicos que protegem a propriedade da terra. Outros exemplos já haviam acontecido, em períodos recentes ao de Nonoai, no Paraná e em outras regiões do país, mas muitos outros aconteceram depois, fato esse que fez também mobilizar categorias de representação política tanto em nível estadual quanto federal, discutia-se muito a questão da emancipação das comunidades indígenas, sob pena de em pouco tempo não haver mais índios, ou, então, em tê-los totalmente aculturados e desfigurados em sua cultura; CPIs em nível de estado foram criadas para rever e rediscutir a denominada “questão indígena”, debates políticos tomavam conta do parlamento e da esfera midiática, havia pressão internacional nesse sentido, o foco midiático foi acionado em torno do tema, realidades em que situações de extermínio de índios eram evidenciadas²⁶.

Os conflitos começaram a se explicitar no interior de reservas indígenas, em especial a de Nonoai; colonos e madeireiros já haviam destruído grande parte da reserva florestal no interior da referida reserva. A cultura da soja, desenvolvida e incentivada pela esfera pública estatal, estava desconfigurando a paisagem. A corrupção de funcionários da Funai, os desvios de dinheiro, o não pagamento de arrendamento aos índios, o uso irracional do solo, dos rios e da vegetação em geral, além do total descontrole da esfera pública em torno das intrusões principalmente no ano de 1974, davam o tom do conflito que se avizinhava²⁷.

²⁵RUCKERT, A. (Coord.) *A construção do território na Região de Ronda Alta: ocupação e colonização – 1831/1996*. Ronda Alta: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1999.

²⁶MARCON, T. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1979.

²⁷GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado...*

Os índios se rebelam...

Ganhava cada vez mais adeptos no meio político gaúcho da época (1960-64) a concepção de que havia terra suficiente para abrigar índios e posseiros, juntos, como forma de justificar a permanência de posseiros no interior das reservas, ignorando o modo de vida tribal, suas representações simbólicas e sua organização social. Nesse sentido, não obstante a existência de um contexto favorável ao Movimento Indígena (MI) na região de Nonoai, após o surgimento do CIMI, um conjunto de forças aliam-se à causa dos pequenos agricultores, estabelecendo-se, então, um duelo entre a força apoiadora do MI e o grupo colocado ao lado dos colonos/posseiros, ao qual aderiram, além de políticos ligados a várias correntes partidárias, até mesmo integrantes da própria Igreja Católica. De acordo com o CIMI-SUL (1978), nos anos de 1976 e 1977, os indígenas de Nonoai tiveram um período de intensa preparação, tempo em que foram vencidos os conflitos internos e verificou-se maior engajamento de parte do CIMI na organização do movimento, através do respaldo dado às lideranças, da divulgação das condições opressivas às quais estavam submetidos os indígenas e o anti-indigenismo praticado pela FUNAI.

A mudança de cacique da reserva de Nonoai, no final de 1977, foi fundamental para imprimir decisões mais radicais entre os índios. Oriundo de uma ala, no interior do grupo, contrária à presença de posseiros e arrendatários, e estando mais próximo à nova geração de caingangues, o cacique Xangrê trata desde logo dos preparativos para a “revolta”, afrontando a FUNAI e desencadeando um clima de guerra contra os brancos.²⁸ É interessante também enfatizar que, além desse fator de poder e de comando interno, havia outros processos favoráveis à mobilização dos índios: havia um alto grau de conscientização dos índios em todo o sul do Brasil, havia muitas adesões à *causa indígena*, através de manifestações de apoio das mais diferentes entidades, organizações (nacionais e internacionais) e pessoas (antropólogos, indigenistas, ecologistas, sociólogos), além da articulação entre os vários movimentos sociais populares que cresciam em todo o Brasil, uma total desarticulação de parte dos pequenos agricultores no interior da mesma.

O Jornal *O Estado de São Paulo* noticiou a eminência de levantes quatro anos antes do que iria se evidenciar; revela também o clima de inamistosidade no interior da reserva e a estratégia de acomodação do cacique que seria substituído posteriormente:

A qualquer momento poderá ocorrer um grave conflito entre 1.200 caingangues de Nonoai, a 461 quilômetros de Porto Alegre e os agricultores que trabalham nas terras reclamadas pelos índios. As hostilidades entre brancos e kaingangues ocorrem desde o início da invasão e somente não se transformaram em lutas de maiores proporções por que o chefe do posto tem pedido paciência, conforme acentuou o cacique Alcindo Nascimento, líder dos 1.700

²⁸CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos...*

*kaingangues de Nonoai, ao explicar que há cinco anos os índios já queriam lutar para expulsar os brancos*²⁹.

A “revolta” efetivamente acontece em maio de 1978, através da intimidação, advertências, incêndio às escolas, ataques a casas e, finalmente, expulsão:

*A luta entre posseiros e índios na reserva indígena de Nonoai se agravou nas últimas horas. Segundo informações transmitidas ao deputado Aldo Pinto pelo prefeito Gervásio Magri, existem dezenas de feridos, muitos dos quais deverão ser transportados para os hospitais de Passo Fundo. No telefonema, o prefeito de Nonoai diz que a situação se agravou na semana passada, quando foram incendiadas sete escolas municipais, localizadas na área da reserva indígena*³⁰.

Continua o mesmo jornal relatando que

*Uma patrulha de 250 índios fortemente armados está encarregada de percorrer a reserva indígena de Nonoai, e dar um ultimatum aos agricultores para que desocupem a área em menos de 24 horas. Mais tarde, a patrulha volta ao local e o agricultor, caso não tenha obedecido à advertência, será sumariamente expulso dos limites da reserva indígena. Ontem os índios incendiaram os pertences de duas famílias e prenderam um caminhão que transportava um pequeno carregamento de madeira, que era retirado pelo agricultor conhecido como Chico Mascate. Também mantiveram sob o domínio o motorista que dirigia o caminhão, enquanto, davam liberdade ao ajudante Luiz Capelari*³¹.

A violência física acabou sendo um expediente utilizado pelas partes, uns insistindo na retomada da terra, os índios, e outros resistindo à perda da terra, os posseiros. O conflito desencadeou polêmicas em vários setores da sociedade, induziu a FUNAI a se engajar efetivamente ao movimento indígena, tornando-se um aliado à causa dos índios e tratando de buscar alternativas para a evacuação dos colonos intrusados nas reservas. Segundo a FUNAI, “Todos os invasores das áreas indígenas localizadas em Nonoai e Planalto serão tirados a partir dos próximos dias por determinação da Fundação Nacional do Índio”.³² A mesma tentou, através da mídia local e estadual, minimizar o conflito, acalmar a opinião pública dizendo que o clima entre posseiros e índios não era tão violento como vinha sendo propalado, também negou que

²⁹Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 08 ago., 1975, p. 12.

³⁰Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 10 mai. 1978, p. 6.

³¹Jornal *O Nacional*..., p. 12.

³²Jornal *O Nacional*..., 11 mai, 1978, p.1.

os incêndios às escolas tivessem sido praticados pelos índios, pois, segundo ele, estes incêndios teriam resultado de ações planejadas, com ataques todos pela madrugada, sendo que “o índio não planeja, ele ataca a qualquer hora”. E conclui: “Os incêndios não teriam sido praticados, nem por índios e nem por posseiros, mas, por ‘proveitadores’”.



Fig. 3 - Conflito entre índios e colonos em Nonoai em 1978, o qual promoveu a expulsão de colonos intrusos no interior da reserva indígena.

Fonte: Foto de Ricardo Chaves - Arquivo Pessoal.

Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/>. Acesso em 12 set. 2010.

Simonian³³ (1981), ao contrário do delegado regional da Funai, sugere que o incêndio das escolas era parte de uma decisão planejada pelos índios nos mínimos detalhes quando afirma: “Em três de maio (1978), os líderes indígenas se decidiram: o trabalho teria início naquela noite. Na aldeia de Pinhalzinho obteriam junto ao chefe do posto o combustível necessário para o incêndio das escolas sem que este soubesse sobre o destino da gasolina cedida”. Para a autora, a escola representava “um mecanismo retentor dos posseiros” na Reserva³⁴. Desse modo, percebe-se que havia uma preparação, amadurecimento dos índios em torno das ações, bem como vínculos com outros movimentos indígenas, em particular com o da reserva de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no qual os índios afrontaram os intrusos, conseguindo evacuá-los de suas terras. Isso evidencia a existência na época de canais de comunicação entre as comunidades indígenas pelo Brasil, unificando, como já foi dito, discursos, estratégias e planos de ação a nível nacional, situação não vivenciada pelas comunidades indígenas na década de 1960. Nessa reserva, segundo, informações do CIMI-SUL, mais de 90% das terras estavam ocupadas por fazendeiros, grileiros, madeireiros e colonos.

³³SIMONIAN, L. T. I. *Terra de posseiros...*

³⁴SIMONIAN, L. T. I. *Terra de posseiros...*, p. 177.

Em Nonoai, o conflito ficou mais limitado ao confronto entre índios e colonos, ainda que estivessem os índios dispostos a evacuar também os madeireiros e arrendatários. Estima-se que mais de mil famílias de camponeses foram expulsas do interior da reserva, sendo que a maioria permaneceu errante pelas estradas da região.

Um novo território de conflitos

A luta social que devolveu boa parte das terras aos índios, produziu uma outra realidade de difícil resolução. As mais de mil famílias de pequenos agricultores expulsos da reserva de Nonoai não tinham para onde ir, milhares de *sem terra* ficaram a vagar pelas estradas na região de Nonoai, Ronda Alta e Sarandi. Grande parte das famílias de colonos desalojados da reserva (em torno de 750) foi acampar provisoriamente no Parque de Exposições de Esteio, até encontrar uma solução. Outro grupo permaneceu acampado próximo a reserva; outros ainda se espalharam pela região sendo apoiados e acolhidos por parentes e/ou em propriedades de conhecidos na circunvizinhança. Os veículos de comunicação, como porta-vozes da esfera política e de grupos temerosos do que poderia acontecer, desde logo buscaram desqualificar o movimento, apontando soluções como a migração para projetos de colonização no centro-oeste, no assalariamento urbano (que, no período, apresentava-se como eficaz) ou nas empresas rurais na região (as quais eram abundantes, principalmente em Passo Fundo e Carazinho), as quais demonstravam necessitar de mão-de-obra; reivindicavam também a necessária repressão policial para manter a ordem e defender o direito de propriedade, desestabilizar os movimentos em prol da reforma agrária. Porém, desde logo (ainda no ano de 1978), surgem lideranças forjadas no campo popular, preocupadas na articulação de um movimento de abrangência mais ampla, capaz de fazer convergir para um mesmo foco propostas dispersas em torno da luta pela terra. A CPT começava a atuar em nível de país pela causa dos sem-terra. Sindicalistas, cientistas sociais vão se engajando num cenário político que já acenava pela possibilidade de organização dos grupos subalternizados; experiências nesse sentido já estavam acontecendo no campo do operariado urbano (no ABC paulista, em particular) e, isso poderia também ganhar corpo no meio rural.

Representantes da igreja da região do conflito, tendo Ronda Alta e Sarandi como epicentros, se engajam na luta dos colonos. O Padre Arnildo, uma das principais lideranças da Igreja Católica na região, transformou-se numa espécie de baluarte da causa camponesa na região. Assumiu a Paróquia de Ronda Alta em 1977 e imediatamente deparou-se com o drama dos posseiros de Nonoai. Num primeiro momento, na segunda metade do ano de 1978, dedicou-se exaustivamente ao trabalho de assessoria, objetivando dar um encaminhamento imediato às principais demandas dos camponeses expulsos de Nonoai que, segundo ele, “peregrinavam pelas estradas de Ronda Alta”. Num segundo momento, amparado na filosofia da CPT, trata de articular uma estratégia visando reunir os “desgarrados”, sob a mística da resistência contra a opressão e a luta pelo direito a terra.

Fomos andando e aí pelo mês de setembro de 1978 eu tive os primeiros contatos com o João Pedro Stedile. Ele trabalhava na Secretaria da Agricultura e aqui no Natalino

*tinha uma estação experimental, então a gente se encontrava neste ir e vir e trocávamos idéias sobre o que fazer, já que ele era uma liderança do meio estudantil*³⁵.

A Fazenda Sarandi começa a ser o alvo das investidas dos grupos expulsos da reserva de Nonoai. Porém, não havia ainda organização dos colonos, muito menos lideranças com reconhecida legitimidade. A sociedade brasileira ainda estava num período de exceção no campo político-democrático. Esse processo fez com que muitos colonos permanecessem sem rumo, sem perspectivas e sem grandes mediações. Os que estavam no Parque de Exposições possuíam alojamentos precários, estiveram sempre sob forte aparato policial-militar, dificultando-lhe a saída e as visitas de entidades e populares solidários. Porém, essa tentativa de isolamento não foi tão eficiente, pois o fato de estarem próximos a capital, os colonos, de uma forma deliberada ou não, acabaram dando visibilidade maior à realidade e promovendo ampla discussão e denúncia sobre a questão da terra no estado e no país. A pressão para a adesão aos projetos de colonização na Chapada dos Guimarães e em Canarana foi intensa³⁶.

Após muitas negociações, repercussões, mediações, solidariedades, pressões, etc., três meses depois, em torno de 550 famílias das que estavam no Parque de Exposições foram transferidas para projetos de colonização no Mato Grosso numa região denominada de Terra Nova em projetos de agrovilas, orientados por Igrejas³⁷, outras 130 famílias foram para assentamento em Bagé sob orientação da Cooperativa Aceguá; outro grupo que permaneceu acampado próximo da reserva e os que se espalharam pela região bateram pé na promessa do Governador Guazelli de conseguir terras no estado³⁸. Desse modo, parte, pelo menos, da realidade conflituosa e problemática dos colonos expulsos havia sido resolvida. Porém, havia o problema dos que ficaram. Sem nenhuma proposta efetiva de re-assentamento, na metade de 1978, um grupo de 37 famílias invadiu a reserva florestal da Fazenda Sarandi. Em 05 de julho de 1978, dois dias após a primeira invasão, já se encontravam mais de 100 famílias no interior da referida área, segundo anunciado na imprensa regional³⁹.

Chega-se, então, ao ano de 1979 e, desde os primeiros meses, o grupo dos expulsos de Nonoai já tem certa organização e mediação da Igreja e de outras lideranças sindicais, políticas e do meio universitário, o qual lhes confere certa coesão e poder de organização. Esse processo de organização acabou fortalecendo a união dos desalojados, agregou os que haviam se dispersado na região e abandonado a esperança da conquista da terra. Em julho de 1979, os colonos iniciam processos de ocupação de fazendas, intensificaram-se as viagens à capital do Estado, objetivando

³⁵FRITZEN, Arnildo. Entrevista direta. O referido interlocutor foi, no período, um grande líder dos movimentos de luta pela terra na região; sacerdote, membro da CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

³⁶TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

³⁷Jornal *Zero Hora*. Porto Alegre, 08, jun. 1978, p. 43.

³⁸MARCON, T. *Acampamento Natalino...*

³⁹Jornal *O Nacional...*, 04 jul. 1978, p. 1.

obter do governo a liberação das áreas Macalli e Brilhante, na antiga Fazenda Sarandi, para o assentamento dos expulsos de Nonoai. Diante de promessas que, posteriormente, revelaram-se inócuas, os colonos decidem ocupar a gleba Macalli em 06 de setembro de 1979. Ações do governo do estado amedrontam o grupo com a força policial, porém diante das pressões e da organização dos colonos, o mesmo recua e tenta resolver o impasse pela via da negociação. Essa ação permitiu a visibilidade da possibilidade da conquista da Macalli. Essa realidade abriu um precedente e os sem terra se animaram e prepararam a ocupação da Brilhante, o que se efetivou ainda no mês de setembro de 1979: “Como isso estava deslançando, dando certo, aqueles que não vieram junto na primeira leva, vieram pra Brilhante. Então nos dias 25, 26 e 27 de setembro foram os dias da ocupação da Brilhante. Como na Macalli não foram tirados, na Brilhante também não podia, né”⁴⁰.

A ocupação da Brilhante, no entanto, provoca forte reação do governo e tem-se nos meses subsequentes inúmeros confrontos entre ocupantes e a Brigada Militar: “Aí se passou um período de parte do Governo de muita dureza, foram uns 6 meses de muita pressão, Brigada Militar muito violenta, gente que saía não deixavam mais voltar, em fim, houve muito sofrimento, foi uma luta muito dura, mas foi um aprendizado”.⁴¹ Ademais, os casos de Macalli e Brilhante reacendem as discussões sobre a polêmica em torno das terras do Estado na Fazenda Sarandi. Na Assembléia Legislativa, no final de 1979, uma CPI desnuda uma série de trapaças, negócios escusos, casos de grilagem, vendas ilegais de madeiras, distribuição de terras para pessoas estranhas a agricultura, desmatamentos realizados ao longo do período militar (desde 1964 até 1979), irregularidades que, invariavelmente, eram realizadas pelos funcionários-administradores da Fazenda Sarandi⁴².

A primeira vitória, ainda que parcial, dos grupos que pressionavam acontece entre maio e julho de 1980, através da seleção de famílias para o assentamento na Fazenda Brilhante. Em outubro de 80, outro grupo não contemplado tentou invadir a Fazenda Annoni (latifúndio localizado nas proximidades), porém, sem obter resultados positivos, pois são imediatamente desalojados pela polícia, a qual esteve sempre no período em alerta e marcando presença na região, forçando os invasores a retornar para o acampamento na Brilhante.

A partir do conflito de Nonoai deslocam-se várias frentes em torno da questão da terra na região, além de sua tentativa de assentamentos, discute-se a legitimidade das negociações fundiárias, reabrem-se as discussões em torno das políticas de colonização que, no fundo, foram marca registrada de governos militares de até então, assim como de governos do estado. A questão agrária regional, e em nível de estado, passa a ser politizada por setores da sociedade civil organizada, as contradições da questão agrária no Brasil e em especial na região são evidenciadas, os equívocos de políticas públicas e de modernização produtiva são enfatizados. Porém, todos os acampados sabiam que não haveria como contemplar todos nas glebas em questão; essa realidade provocava tensões internas, desistências, dispersões, interesses múltiplos, aceitação para projetos de colonização, ocupações de outras fazendas,

⁴⁰FRITZEN, Entrevista ...

⁴¹FRITZEN, Entrevista ...

⁴²Jornal *Zero Hora*. Porto Alegre,. 19 out. 1979, p. 11.

porém, com resultados negativos, fragmentações e, ao mesmo tempo, consciência do enfrentamento.

Nesse período, a sociedade brasileira já se preparava para redemocratização política, havia uma intensa ojeriza social em torno da estrutura militarizada da sociedade, bem como uma pequena experiência de luta regional pela reforma agrária promovida em grande parte pelos expulsos da reserva indígena de Nonoai. Esse processo vai formar o novo e/ou contínuo quadro do cenário regional dos conflitos sociais, das contradições fundiárias na região⁴³.

Os primeiros a acampar foram os colonos de Nonoai que não haviam sido contemplados nas fazendas Macali e Brillhante. Posteriormente foram se acrescentando com arrendatários, meeiros, ou assalariados da região e de municípios da circunvizinhança. Assim como foram sendo acrescentados os sujeitos considerados sem-terra, esperançosos na conquista da terra, também ganharam corpo os adeptos das causas sociais do campo religioso, político, assistencial, universitário, enfim, pessoas que conheciam a realidade dos colonos e que idealizavam a reforma agrária no país. Na realidade, o acampamento tornou-se um marco de intensas adesões em razão das causas, do momento conjuntural da política brasileira, do retorno da questão da reforma agrária depois de 20 anos sem grandes expressões num país e numa região de imensos latifúndios, até então intocáveis.

O acampamento da Encruzilhada Natalino passou por várias fases que vão da sua constituição lenta até metade de 1981; intervenção militar-federal, assentamento provisório em 1982 até o assentamento definitivo em outubro de 1983. O mesmo não encerrou um processo de luta; ao contrário, deu seqüência ao conflito gerado pela expulsão de colonos de Nonoai, alimentou e abriu possibilidades para novas ações em anos subseqüentes na região de grande repercussão, realidade essa que, em períodos com mais intensidade, outros menos, perdura até então.



Fig. 4 - As celebrações religiosas promoviam grandes concentrações de sem-terra na região. O acampamento da Encruzilhada Natalino foi um marco aglutinador nesse sentido.

Fonte: Foto do acervo pessoal do Padre Arnildo, entregue ao MAB com sede em Erechim – RS; gentilmente cedida pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

⁴³MARCON, *Acampamento Natalino...*

Enfim...

O conflito de Nonoai, entre índios e colonos, condensa uma realidade que vinha se processando a mais de meio século no interior das reservas indígenas do estado, em particular nas terras do norte gaúcho; o mesmo revela os equívocos de políticas públicas, a não efetivação da reforma agrária no país e no estado, a tentativa de imprimir modelos de desenvolvimento homogeneizantes para grupos sociais diferenciados e, além de outros processos, o descaso com os empobrecidos da terra (índios, caboclos, pequenos agricultores proprietários, meeiros, posseiros, dentre outros). Esse conflito constituiu-se num marco histórico, não apenas pelas suas dimensões (número de camponeses envolvidos), mas, sobretudo, pelas repercussões sociais que desencadeou, por ser entre dois grupos sociais empobrecidos, por revelar ações de revolta indígena, etc.

Grande parte dos pequenos agricultores expulsos de Nonoai, em 1978, passou a constituir a força social para os movimentos que se desencadearam na região na luta pela terra, tanto de colonos/caboclos quanto de índios, que passaram a lutar para reaver as suas terras em Serrinha, em mais um conflito com colonos, expressivo de equívocos de políticas de estado no passado e que se tentou resolver em anos posteriores, produzindo novos problemas. A maioria das lideranças indígenas do movimento da década de 1990 era de Nonoai, assim como a maioria dos camponeses dos acampamentos da região, implantados a partir de 1979, eram invasores da reserva indígena de Nonoai⁴⁴.

A região norte do Estado se constitui num cenário de uma orgânica luta pela terra no fim do já quase exaurido regime militar. Há que se ressaltar, por fim, que as lutas pela terra na região Norte do Rio Grande do Sul, cujo epicentro foi a revolta de Nonoai de 1978, contribuíram, também, para o nascimento e fortalecimento do sindicalismo rural combativo, de outros movimentos sociais rurais (como Via Campesina, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) e para a ascensão de lideranças do campo sindical e político-eleitoral ao poder, tendo-se como exemplos as próprias eleições de vereadores e prefeitos municipais pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos 1990, nos municípios de Ronda Alta e Pontão, fato que deve ser enaltecido por se tratar de uma região historicamente dominada por partidos conservadores.



⁴⁴TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no norte Gaúcho*. v1...

RESUMO

O texto analisa o conflito pela terra entre colonos e índios na Reserva Indígena de Nonoai, norte do Rio Grande do Sul no final da década de 1970. O referido conflito cristaliza uma luta indígena no Sul do Brasil para fazer frente aos processos históricos de redução e extinção de suas terras. O desencadear desse conflito e a expulsão dos colonos do interior da referida reserva serão um marco na constituição de um grande movimento social de luta pela terra no estado gaúcho. O artigo reflete sobre esses processos históricos em que dois sujeitos sociais, subalternizados, tornam-se vítimas de políticas agrícolas equivocadas.

Palavras Chave: Índios; Colonos; Conflito social.

ABSTRACT

The text analyzes the conflict over land between settlers and Indians in Indigenous Reserve of Nonoai, north of Rio Grande do Sul state, at the end of the 1970s. Such conflict crystallizes an indigenous struggle in the Southern Brazil to cope the historical processes of reduction and extinction of their land. The trigger of this conflict and the expulsion of settlers from the interior of this reserve will be a mark in the in the establishment of great social movement of struggle for land in Rio Grande do Sul state. The paper reflects on the historical processes in which these two subjects social, subordinate, become victims of agricultural policies wrong.

Keywords: Indians, settlers, social conflict.

